



Organizações & Sociedade

ISSN: 1413-585X

revistaoes@ufba.br

Universidade Federal da Bahia
Brasil

Pereira, Maria Cecília; de Brito, Mozar José; de Pádua Carrieri, Alexandre; Braga de Lima, Juvêncio;
Carvalho Alves Cappelle, Mônica

A ABORDAGEM SÓCIO-CONSTRUCIONISTA E A PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE O
DESEMPREGO: UM ESTUDO NO SETOR INDUSTRIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO
HORIZONTE (RM-BH)

Organizações & Sociedade, vol. 15, núm. 47, outubro-diciembre, 2008, pp. 49-69

Universidade Federal da Bahia

Salvador, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=400638303005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A ABORDAGEM SÓCIO-CONSTRUCIONISTA E A PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE O DESEMPREGO: UM ESTUDO NO SETOR INDUSTRIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RM-BH)¹

Maria Cecília Pereira*
Mozar José de Brito**
Alexandre de Pádua Carrieri***
Juvêncio Braga de Lima****
Mônica Carvalho Alves Cappelle*****

RESUMO

O emprego, como categoria de trabalho formal, ocupa grande parte dos trabalhadores no Brasil; por isso, o desemprego é uma questão social central e atual para a discussão no cenário brasileiro. Portanto, defende-se que o fenômeno do desemprego pode ser investigado por meio de um processo de produção de sentidos, tendo por base os sujeitos sociais. Para tanto, adotaram-se as abordagens do Construcionismo Social e a análise das práticas discursivas como possibilidade teórico-metodológica para o estudo. Desenvolveu-se a argumentação com o aporte de uma pesquisa empírica, realizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, com o objetivo de compreender o processo de produção de sentidos acerca do fenômeno do desemprego, considerando as práticas discursivas de sujeitos envolvidos com esse fenômeno. Foram identificados quatro repertórios discursivos: condição de empregado(a); mudanças nas configurações do emprego no setor industrial; condição de não-empregado(a); e, condição de trabalhador(a). Desse modo, este estudo contribui para o avanço do debate teórico-metodológico acerca dos estudos sobre a realidade do trabalho/desemprego.

ABSTRACT

The employment as an, category of refistered work, takes up a large part of the workforce in Brazil, therefore, unemployment is a important and current matter of discussion in the Brazilian context. The unemployment maybe better comprehended as a social and historical development, involving the social subjects and the condition they work. For this, rejoicing concepts of the constructionism approach and analysis of the discursive practices. An argument was developed with the empirical research, made in the metropolitan region of Belo Horizonte, State of Minas Gerais, Brasil, with the goal of comprehending the production process of senses in the unemployment phenomenon, from the discursive practices of the involved subjects. There were four repertoires identified: the refistered worker´s condition; changes in the industrial work configuration; the unemployemst´s condition; and the unregistered worker´s conditions. This study can help to advance in a theoretical and methodological debate account the studies about the reality of work/employment.

¹ Este artigo é parte de uma tese de doutorado em Administração.

*Prof^a da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG

**Prof. da Universidade Federal de Lavras

***Prof. da UFMG

****Prof. da Universidade Federal de Lavras

*****Prof^a da Universidade Federal de Lavras

Introdução

O aumento do desemprego gera preocupação, explicitada nas pesquisas acadêmicas, de âmbito internacional e nacional. No âmbito internacional, observou-se expressiva preocupação com as questões da discriminação, exclusão, pobreza e acessibilidade ao emprego, relacionadas ao estudo do desemprego, mais especificamente, a partir de 2000 (ANDERSEN, 2000; DARITY, 2003; GALLIE *et al.*, 2003; PARKS, 2004; REPORT V, 2000; YAO, 2004). Além disso, verificou-se uma tendência em relacionar o desemprego com a criminalidade e problemas familiares (HOJMAN, 2004; KRAFT, 2001; LEVITT, 2001). No contexto nacional, observou-se que a produção acadêmica acerca do desemprego, a partir de 1980, centraliza esse fenômeno como questão social. Abrangem-se as implicações do desemprego, focalizando os movimentos sociais de luta contra esse quadro, a identidade política de uma nova classe trabalhadora e a centralidade da educação (qualificação) como estratégia de acessibilidade (HIRATA e HUMPHREY, 1989).

No Brasil, o fenômeno do emprego, ao mesmo tempo em que se caracteriza pela relação salarial e pelos padrões internacionais (sistema fordista) de relações de trabalho (MELO, 1991; SIQUEIRA, 1991), também convive com sistemas artesanais de produção; com uma mão-de-obra pouco qualificada, proveniente do setor rural, e com uma política pouco direcionada para as questões trabalhistas. Admite-se que as mudanças no mundo do trabalho contribuem para o quadro de desemprego; por um lado, associa-se ao aumento do desemprego e das relações precárias de trabalho, e, por outro, desencadeia novas formas de relações de trabalho e a emergência de novos sujeitos sociais, impulsionando um debate acerca de valores sociais no contexto da reestruturação produtiva e evidenciando o sujeito trabalhador em uma relação dialógica com o trabalho. Essa relação pode ser explicitada como um processo de construção social do conhecimento acerca do próprio fenômeno emprego/desemprego.

Diante de tal contexto, foi levantada a seguinte questão: como o fenômeno do desemprego pode ser compreendido e estudado, para além das abordagens macrosociais e psicofisiológicas, incluindo-se a percepção dos sujeitos sociais? A partir desse questionamento, admitiu-se que o conhecimento acerca do fenômeno do desemprego seja socialmente construído e que sua análise dependa da forma como os sujeitos compreendem esse fenômeno. Portanto, o fenômeno do desemprego pode ser investigado por meio de um processo de produção de sentidos, considerando os sujeitos sociais. O processo de produção de sentidos sobre o fenômeno desemprego pode ser analisado, utilizando-se a abordagem do Construcionismo Social (GERGEN, 1985; IBÁÑEZ, 1993; RORTY, 1994). Nessa abordagem, considera-se que o conhecimento acerca da realidade seja socialmente construído, por meio da linguagem, histórica e culturalmente contextualizada. Além da abordagem construcionista, ressalta-se a análise das práticas discursivas (BAKHTIN, 2003; FOUCAULT, 2004; PÊCHEUX, 1997) como possibilidade teórico-metodológica para a análise sócio-construcionista do processo de produção de sentidos.

Desenvolveu-se essa argumentação com o aporte de uma pesquisa empírica, realizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, mais especificamente, o setor industrial. No que refere à pesquisa empírica, objetivou-se compreender o processo de produção de sentidos acerca do fenômeno do desemprego, tendo como referência as práticas discursivas de sujeitos envolvidos com esse fenômeno. Os sujeitos são: trabalhadores desempregados; trabalhadores à procura do primeiro emprego; representantes do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Belo Horizonte e Contagem; e membros da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG).

Desemprego no Brasil Contemporâneo: metamorfoses das condições de trabalho e não-trabalho no contexto da reestruturação produtiva

O fenômeno do trabalho pode ser compreendido a partir da análise de transformações nos planos social, político, econômico e cultural. Pode-se considerar que a realidade contemporânea, na esfera do trabalho, seja influenciada por essas transformações, ao mesmo tempo em que modifica a maneira de analisar a trajetória da condição de trabalho, de não-trabalho e das relações sociais implícitas em tais categorias.

Castel (1998) resgata as condições de trabalho e não-trabalho com base na evolução da condição de trabalho ao longo das sociedades pré-industrial (trabalho forçado), industrial (trabalho proletário e operário) e salarial (emprego); e suas negativas: o não-trabalho e o desemprego. Pode-se afirmar, então, que, na sociedade salarial, sob as condições de trabalho e não-trabalho, emergem e cristalizam-se as categorias emprego - "emprego é a inscrição social e jurídica da participação dos indivíduos na produção das riquezas" (GAUTIER, 1998, p. 75) -, assim como desemprego, este, uma nova categoria de compreensão diante dos campos econômico e social.

Ao referenciar o trabalho de Castel (1998), em se tratando de uma análise que focaliza a realidade do ocidente europeu, deve-se atentar para outros estudos, os quais permitem a interface com a realidade da sociedade brasileira, observando as assimetrias e diferenças no plano histórico-cultural. Para Martins (1994) e Sorj (2000), na análise do Brasil atual, pode-se considerar a realidade como um resultado da convivência complementar e conflituosa de vários elementos herdados da história brasileira com outros contemporâneos, que se justificam nos sistemas sociais do ocidente europeu. Ou seja, deve-se ter em conta o dualismo do tradicional e do moderno.

Dessa forma, alinhou-se à abordagem de Castel (1998), por um lado, e, por outro, argumentou-se que não se pode mais pensar a sociedade contemporânea, principalmente o Brasil, como eminentemente salarial fordista. Por isso, agregou-se o argumento de Harvey (1996) acerca de um período de acumulação flexível que, no Brasil, combina técnicas fordistas com novos modelos de produção. Enfatiza-se o processo de reestruturação produtiva e o período da acumulação flexível no contexto brasileiro (centralizando o setor industrial) como elementos de transformações na esfera do trabalho, o qual re-organiza o não-trabalho como questão social.

No Brasil, o período de acumulação flexível e o processo de reestruturação produtiva podem ser compreendidos em um quadro contextual de dualidade, conforme afirma Harvey (1996), em que as técnicas flexíveis convivem com técnicas fordistas. A condição de assalariado/empregado na sociedade brasileira configura-se a partir da proliferação de uma forma mundial de organização do trabalho: o fordismo, em interface com uma participação maior do Estado na sociedade (FLEURY; FISCHER, 1987). No campo político, verifica-se a precária proteção do Estado no que tange às questões trabalhistas. Portanto, o emprego industrial no Brasil, de 1945-1980, caracteriza-se pela admissão de mão-de-obra semiqualficada e, em alguns setores, ainda desqualificada (FLEURY & FLEURY 1997).

A partir de 1980, a indústria nacional ensaia um processo de reestruturação e importa o modelo, já instalado em países de industrialização desenvolvida, baseado em tecnologias microeletrônicas e na robotização da produção. Esse processo provoca uma passagem não-gradativa e impõe uma reconfiguração acelerada nas relações de trabalho, principalmente no setor industrial (FARIA, 2004). Diante do cenário de aumento de desempregados nesse setor, principalmente a partir da década de 1990, verifica-se uma reorientação da influência de movimentos de trabalhadores no Brasil (LEITE, 1997). A autora ressalta a capacidade propositiva demonstrada, principalmente pelos sindicatos do setor automotivo no decorrer da década de 1990, com o estabelecimento de acordos patronais.

Além disso, a profissionalização cada vez maior das relações de trabalho e a reconfiguração do perfil do mercado de trabalho são elementos centrais diante das transformações no âmbito do trabalho (MONTALI, 2003). Particularizam-se as transformações nas formas de acesso ao emprego no Brasil. É possível observar um movimento que caracteriza o acesso ao trabalho baseado, principalmente, em laços de proximidade (parentesco, amizade etc) e no baixo custo da força de trabalho; para um acesso que depende das próprias condições construídas pelos trabalhadores para serem empregáveis (possuírem empregabilidade²) (HIRATA, 1997; SARJENTINI, 2001), o que não significa a ausência da influência dos laços sociais nesse processo (SORJ, 2000).

As organizações privadas, por sua vez, ao introduzirem novas tecnologias de processos e de gestão, modificam a relação dos empregados com sua própria estrutura e daqueles que estão à procura de um emprego (LOMBARDI, 1997). Enriquez (1999, p. 19) afirma que: “o indivíduo jamais esteve tão encerrado nas malhas das organizações (em particular, das empresas) e tão pouco livre em relação ao seu corpo, ao seu modo de pensar, à sua psique”. Com base nessa discussão, pode-se refletir acerca de um quadro de insegurança ou manutenção do emprego, o qual reforça o desemprego como questão social e recoloca o trabalhador como um sujeito que influencia e é influenciado por essa questão. Caldas (2000) apresenta algumas dimensões do desemprego como a perda da identificação e da auto-estima. Nesse contexto, Faria (2004) e Tumolo (2001) advertem que o processo de flexibilização, principalmente no cenário brasileiro, permite uma perpetuação da exploração do trabalho.

Diante de tais considerações, alegou-se que o resgate sócio-histórico e o contexto da reestruturação produtiva propiciam as condições de produção³ para o fenômeno desemprego. Assim, acredita-se que possam emergir novas formas de compreensão acerca do emprego e desemprego na sociedade brasileira, as quais podem ser caracterizadas como elementos importantes para o estudo desse fenômeno, examinando as alterações ocorridas no período de acumulação flexível. Portanto, as formas de agir e pensar, ou a compreensão a respeito do fenômeno desemprego, são socialmente construídas, o que justifica a adoção da abordagem sócio-construcionista para a análise desse fenômeno.

Abordagem Sócio-Construcionista como Possibilidade para o Estudo do Fenômeno Desemprego

O construcionismo social situa-se no âmbito da psicologia social, mas pode-se dizer que essa discussão se reflete nas ciências sociais como um todo. Tal perspectiva fundamenta-se, principalmente, nos trabalhos de Gergen (1985), autor da expressão construcionismo social. Para Gergen (1985), o conhecimento sobre a realidade é um processo socialmente construído na interação dialógica. Os saberes são históricos, sendo reforçados pelas práticas sociais que criam as instituições sociais. Ou seja, a forma de ver o mundo está determinada pelo conhecimento histórico-dialógico.

Gergen (1973) ressalta que o conhecimento não é apenas resultado da acumulação de uma prática científica usual, pois o conhecimento transcende os limites conceituais e os pressupostos da interação humana não permanecem estáveis no tempo. É preciso estar atento às interações e práticas, considerando a história, para evitar uma mascaração por meio de reflexões que objetivam uma verdade a-histórica. No que se refere ao caráter dialógico do conhecimento, Gergen

² Gazier (1990) afirma que, na atualidade, esse conceito encontra-se em mutação e pode ser definido positivamente como “capacidade para obter um emprego”

³ Trata-se de um conceito que auxilia na análise das práticas discursivas, pois se refere à memória e ao contexto do discurso.

(1985) afirma que esse não determina ou provém de uma identidade, de um eu já constituído, mas de uma política relacional. Baseado nos argumentos de Bruner (1984) e Davies & Harré (1990), Gergen (1985) desenvolve uma re-teorização do *self*, do eu. A partir de então, propõe algumas bases para uma teoria relacional da produção de sentido, quais sejam: a) a produção de sentidos ocorre por meio dos relacionamentos historicamente situados; b) a potencialidade da produção de sentidos está interligada às condições relacionais da sociedade; c) as ações fazem sentido dentro de seqüências relativamente estruturadas: ontologia relacional; d) a produção de sentidos é temporária; e, e) os enunciados fazem sentido para os outros quando engendram formas de ação.

Nesse contexto, Ibáñez (1993) denomina o processo de rompimento com a dicotomia sujeito-objeto e com outras premissas do realismo da ciência moderna como um processo de **desfamiliarização**. Segundo o autor, tanto o sujeito quanto o objeto são construções sócio-históricas que precisam ser desfamiliarizadas. É nesse movimento de desfamiliarização e dialogia que se produz um discurso que é, ele próprio, produto e produtor de uma nova possibilidade de avaliação e produção de conhecimento. Com tal perspectiva, Gergen (1985) tenta romper a dicotomia sujeito-objeto, ao afirmar que o pesquisador deve se concentrar no processo de interação (linguagem) como um veículo para a obtenção do conhecimento.

Baseado nas reflexões de Gergen (1985), e considerando as condições de produção para o fenômeno desemprego, as quais compõem a memória e o contexto relativos à sociedade brasileira, propõem-se as seguintes premissas construcionistas,

- a) o desemprego faz sentido no cenário brasileiro ao se observar a memória e o contexto de sua produção: o emprego como elemento central;
- b) o dualismo - tradicional x moderno - que tangencia a memória e o contexto influencia na construção do conhecimento acerca do desemprego no Brasil;
- c) a compreensão do desemprego também é influenciada pelos sujeitos e pela relação que eles estabelecem com o desemprego (insegurança, papel do Estado etc.) no cenário brasileiro;
- d) o desemprego como questão social emerge da compreensão dos sujeitos sobre o fenômeno e de suas implicações (individuais ou sociais);
- e) emergem novos conceitos acerca do desemprego que, por sua vez, engendram formas de agir e pensar: a empregabilidade no cenário brasileiro, por exemplo, e a convivência com o dualismo.

Observa-se que o estudo requer um novo olhar sobre a forma de conhecimento e pesquisa. Sinaliza-se que esse processo de construção do conhecimento é veiculado pela linguagem. A própria linguagem dos atores sociais acerca do fenômeno do desemprego pode ser analisada como um processo de produção de sentidos sobre o fenômeno, o qual, por sua vez, também pode ser considerado como produto e produtor desse processo.

Práticas Discursivas e Produção de Sentidos Sócio-Construcionista

Para Foucault (1997 e 1979), a linguagem funciona como veículo de manifestação de forças e exercício de poder. Essas forças, assim como a subjetividade, seriam difusas e não pertenceriam ao sujeito interior. Foucault (2004) defende que o texto é uma ação, uma prática; as condições que produzem esse texto são construções históricas. A linguagem, portanto, pode ser compreendida como um discurso em movimento, e esse, por sua vez, como uma prática. Nessa perspectiva, tanto do ponto de vista da descentralização do sujeito, quanto no que se refere à noção de prática discursiva (a discursividade é uma forma de ação social), pode-se situar a **análise do discurso** ou **análise das práticas discursivas**, tomando como objeto o processo de produção de sentidos por meio dos discursos (GREGOLIN, 2004).

Pressupostos para a análise das práticas discursivas

Não se trata de limitar um discurso a um determinado espaço, mas de abrir caminho para descrever jogos de relações dentro e fora dos discursos (Foucault, 2004). Tais jogos de relações, ou as relações entre os enunciados, que acabam por definir domínios como economia, medicina etc., segundo Foucault (2004), são definidos pela dispersão dos pontos de escolha que os temas deixam livres, ou seja, pelas diferentes possibilidades de suscitar estratégias opostas. Esse tipo de ligação entre os enunciados nomeia-se **formação discursiva**. Tais regularidades que constituem as formações discursivas são interpretadas por Bakhtin (2003) como **gêneros do discurso**. Trata-se de um processo de interanimação dialógica. Para Bakhtin (2003), os enunciados são limitados pela alternância de sujeitos discursivos, ou seja, antes do início de um enunciado já existe o enunciado de outros (o já dito); da mesma forma, antes do término de um enunciado, existe uma resposta de outros (o que ainda não foi dito).

Essa heterogeneidade pode ser caracterizada pela presença, nos discursos, dos elementos interdiscursivos. Pêcheux (1997) preocupa-se com os relacionamentos entre os elementos intradiscursivos (sistema lingüístico) e interdiscursivos. Para o autor, o interdiscurso contém a memória discursiva que retorna ao discurso, pois o discurso está relacionado com aquilo que está dito no texto, em outros lugares, com o que não está dito aparentemente, e que nesse processo os sujeitos constituem-se nos discursos. Pêcheux (1997) privilegia o interdiscurso como condição de produção que se materializa pelo conjunto de contexto e memória (contendo a ideologia), ressaltando que não se trata apenas das condições sócio-históricas, mas de uma articulação entre memória discursiva e contexto.

A reflexão acerca dos elementos conceituais para a análise das práticas discursivas, por meio da concepção do discurso como prática discursiva e social, evidencia, no campo da linguagem, uma discussão quanto à superação do discurso da dualidade e das transformações conceituais na idéia de sujeito, objeto e produção de conhecimento. Nessa perspectiva, considera-se o construcionismo como um processo de produção de sentidos e como uma base epistemológica para a análise das práticas discursivas.

Para tanto, propõe-se uma articulação entre a análise das práticas discursivas e a perspectiva sócio-construcionista, com base na proposta de Spink & Medrado (2004). Para os autores, as práticas discursivas podem ser mais bem compreendidas se observadas três dimensões básicas: a linguagem, a história e a pessoa. Na dimensão da linguagem, os autores focalizam a linguagem em uso, com base na interface entre discurso e as condições de produção. No que refere à dimensão da pessoa (sujeito), focaliza-se na dialogia e intersubjetividade e não no sujeito empírico. Finalmente, na dimensão da história, essa concepção é reforçada ao afirmar que conceitos como construção histórica são variantes no tempo, pois existe um diálogo entre sentidos novos e antigos.

Spink & Medrado (2004) propõem a seguinte análise para a temporalidade: tempo longo (remete à memória), tempo vivido (remete aos processos de socialização dos sujeitos e dos discursos, incluindo os contextos) e tempo curto (marcado pelo processo dialógico e pela intersubjetividade). A noção de temporalidade é central na dimensão da história. Nessa dimensão, aborda-se o conceito de repertórios interpretativos (POTTER; WETHERELL, 1987). Potter e Wetherell (1987) desenvolvem a noção de repertórios interpretativos, fundamentada nos pressupostos da teoria dos atos de fala, definidos como as unidades de construção das práticas discursivas, que são histórico e culturalmente constituídos.

Considerou-se a contribuição da temporalidade para a análise das práticas discursivas. No entanto, propõe-se uma releitura da noção de repertórios interpretativos para além de um processo de interpretação dos conteúdos e das formas presentes nos discursos. Acredita-se que a noção de repertórios possa ser analisada nos tempos longo, vivido e curto, se examinadas as condições de produção. Dessa forma, a análise estaria voltada para os momen-

tos de rupturas discursivas. Para tanto, desenvolveu-se a proposta dos repertórios discursivos, focalizando os momentos de rupturas e não as regularidades.

Existem os momentos de ruptura das práticas discursivas que são as descontinuidades que marcam os reposicionamentos dos sujeitos (linguagem é um processo inacabado). Afirma-se que as regularidades manifestam-se como formações discursivas (FOUCAULT, 2004) e remetem aos constructos intradiscursivos. A visualização dos momentos de rupturas é explicitada no momento em que os sujeitos se reposicionam nos discursos e está mais ligada ao interdiscurso. Esses posicionamentos ocorrem na análise da temporalidade, considerando as condições de produção (SPINK; MEDRADO, 2004).

Assim, reformulou-se o conceito de repertórios interpretativos para a noção de **repertórios discursivos**, focalizando os momentos de rupturas para a reflexão acerca dos caminhos percorridos pelos sujeitos nos discursos. Os repertórios discursivos são os caminhos pelos quais os sujeitos constroem determinados discursos com referência aos objetos, bem como explicitam as contradições e concorrências entre as formações discursivas que compõem esse objeto, pois a regularidade não ocorre em um tempo histórico. Trata-se de centralizar, principalmente, nas condições que constituem os discursos em uma temporalidade, e de observar o momento em que as formações discursivas se modificam ou quebram a sua continuidade.

Vale ressaltar que o processo não se fecha, pois os próprios sentidos produzidos sobre determinado fenômeno podem se configurar como memória e contexto para novos sentidos (a linguagem em ação é um processo inacabado). Apoiado nessa abordagem teórico-metodológica, a seguir, explicitam-se as práticas a serem adotadas para a realização da pesquisa empírica acerca do fenômeno desemprego.

Explicitação dos passos da pesquisa

Com base na proposta teórico-metodológica, ressalta-se que este estudo está intimamente relacionado aos pressupostos de uma pesquisa edificante e qualitativa (SPINK; MENEGON, 2004). Por meio dessa proposta definiu-se o objeto de estudo (o fenômeno em estudo), o foco da investigação e, a partir dessas definições, selecionou-se o corpo da análise e os sujeitos.

O objeto de estudo é o fenômeno desemprego. O foco da investigação recai sobre o processo de produção de sentidos acerca desse fenômeno. Propõe-se a realização de uma pesquisa empírica, cujo objeto é o desemprego proveniente do setor industrial. Portanto, o foco é o processo de produção de sentidos sobre o desemprego industrial. Por meio de um recorte temático para a realização da pesquisa empírica, além de se privilegiar o desemprego industrial, também reportou-se ao quadro de referência da Região Metropolitana de Belo Horizonte e ao recorte temporal, que concentrou-se no ano de 2006.

Selecionou-se como corpo de análise para a pesquisa empírica todo o material documental coletado sobre as condições de produção e, ainda, os discursos construídos pelos sujeitos que, de alguma forma, estavam envolvidos com o fenômeno em estudo - o desemprego industrial -, histórica e contextualmente situados no quadro de referência (RM-BH). Os sujeitos foram selecionados entre: a) trabalhadores desempregados provenientes do setor industrial (24 entrevistados); b) trabalhadores à procura do primeiro emprego formal (quatro); c) trabalhadores - aposentados ou não - representantes do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Belo Horizonte e Contagem (quatro); d) trabalhadores membros da FIEMG (quatro). Totalizaram-se 36 sujeitos nesta pesquisa.

O número de entrevistados foi selecionado mediante uma escolha intencional (ALENCAR, 1999), condizente com a abordagem epistemológica da pesquisa, visando a abranger a máxima amplitude em termos de gênero, idade e escolarida-

de. O processo de coleta de informações foi delineado em duas etapas: 1) coleta de informações sobre o contexto do estudo; 2) coleta de informações sobre o fenômeno em estudo. Na etapa 2, as informações foram coletadas junto aos sujeitos. Recorreu-se à entrevista não-estruturada, baseada em um roteiro de tópicos acerca do desemprego (ALENCAR, 1999).

De acordo com a proposta teórico-metodológica, são apresentadas, a seguir, as etapas para a investigação do processo de produção de sentidos acerca do desemprego industrial na RM-BH:

- 1) Investigação das práticas discursivas e intersubjetividade. Essa etapa compõe a própria organização da linguagem e a relação dialógica (intersubjetiva) com o sujeito. Trata-se da análise no tempo curto;
- 2) Investigação da influência das condições de produção. Nessa etapa, propõe-se a análise da relação da dimensão da linguagem e do sujeito com a dimensão histórica, os tempos longo e vivido. Essa interface pode ser compreendida pela interdiscursividade, que se materializa, principalmente, pelos subentendidos, ou seja, pelos possíveis sentidos que o pesquisador elabora o diálogo entre o dito e o não dito. Tais sentidos, por sua vez, devem levar em consideração o arquivo a respeito do desemprego, a construção sócio-histórica desse fenômeno, os conceitos emergentes de sua construção no contexto da reestruturação produtiva, no Brasil, e, além disso, o recorte sócio-histórico-temporal da RM-BH e as trajetórias dos sujeitos como elementos constituintes de um processo de socialização com a memória acerca do desemprego;
- 3) Identificação das similaridades e concorrências entre as formações discursivas para o mapeamento dos repertórios discursivos. Nessa etapa, identificam-se os caminhos percorridos pelos sujeitos ao produzirem discursos sobre o desemprego. Os caminhos são os repertórios discursivos, os quais podem ser bem visualizados e discutidos com base nas rupturas que ocorrem entre suas formações discursivas.

Memória e Contexto de Estudo

A cidade de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, localiza-se no centro sul do estado e é a terceira maior área metropolitana e a quarta cidade mais populosa do Brasil (IBGE, 2006a). A cidade estabelece limites com os municípios de Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Sabará, Nova Lima, Ibirité, Contagem, Betim e outros municípios e distritos que compõem a RM-BH. Belo Horizonte foi a primeira capital planejada do país, com espaços definidos para os setores urbano, suburbano e rural (SANTIAGO, 1999). O projeto de sua concepção pretendia abrigar uma população de, no máximo, duzentos mil habitantes; em 2006, a cidade possuía mais de 2 milhões de habitantes (IBGE, 2006a).

Percebe-se como os elementos tradicional e moderno convivem e conflitam-se no contexto de estudo. Nesse contexto contraditório, observa-se uma preocupação central em desligar a nova capital de uma herança mais tradicional por meio do cuidado com a localização e articulação físico-espacial das construções da cidade, voltadas para a eficiência do exercício dos poderes do Estado (BARRETO, 1996). No projeto da nova capital, os operários não têm onde morar. Estes, no entanto, vão se instalar na nova capital desde a sua criação, pois são eles os construtores da cidade. As relações com esses operários vão ser pautadas, primordialmente, pelo que Negro e Gomes (2006) denominam legado de experiência para a formação da classe operária brasileira. Ou seja, relações de exploração e relações capitalistas convivem, culminando com a formação dessa classe de trabalhadores, na criação de Belo Horizonte. Dessa forma, os trabalhadores se vêem à margem de um sistema que lhes oferece uma liberdade marginalizada.

É justamente com o movimento de industrialização que se verifica um processo de periferização em Belo Horizonte. Os trabalhadores industriais, não

encontrando espaço para se instalarem na cidade síntese (planejada para abarcar funcionários públicos e para ser um espaço cartesiano de negociações), fixam-se na periferia da cidade e inauguram, no início do século XX, as construções dos primeiros bairros periurbanos, os quais abrigariam um crescente contingente de mão-de-obra que se constituiria como espaços de moradia operária. Como exemplos, na década de 1910, são criadas as vilas Operária e Proletária em Belo Horizonte (BARRETO, 1996).

A inauguração da Cidade Industrial⁴ deu-se em 1946, com destaque para a instalação da Estamparia S/A. Dessa forma, a década de 1940 marca o início do movimento de transferência de indústrias da área urbana de Belo Horizonte para a região metropolitana. Por isso, o desenvolvimento industrial de Belo Horizonte está relacionado ao desenvolvimento industrial de sua região metropolitana.

Ao longo da década de 1970, instaura-se a chamada nova industrialização mineira, com a chegada de grandes empresas multinacionais de bens de capital. Um marco dessa nova industrialização foi a instalação da *Fabbrica Italiana di Automobili Torino* (FIAT), no município de Betim (FIEMG, 2006a). A partir de 1990, com o crescimento da FIAT, de suas empresas satélites⁵ e de outras indústrias, observa-se um processo de reestruturação tecnológica nas indústrias de BH e Região Metropolitana, tanto na produção quanto na gestão da força de trabalho. Verificou-se um fenômeno de reconfiguração espacial que envolveu a incorporação de novas tecnologias, bem como as novas formas de organização do trabalho, tendendo para o estabelecimento de empresas em rede, terceirizadas, instaladas em espaços menores. Em todo esse movimento, reafirmou-se o discurso da globalização, da tecnologia e do modelo japonês. Trata-se de um processo acelerado de reconfiguração, não gradativo, como se deu em outros países capitalistas, que exigiu uma rápida adaptação dos trabalhadores às novas formas de acesso ao emprego, os quais passaram a se preocupar com a empregabilidade (CARVALHO, 2005).

Com a recuperação da memória sócio-histórica da RM-BH, nesta pesquisa, subsidiou-se a análise das condições de produção no que se refere aos sentidos do fenômeno do desemprego na região em estudo. Para tanto, julgou-se também necessária a recuperação de alguns aspectos das trajetórias dos sujeitos da pesquisa e suas instituições.

A apresentação das trajetórias comuns e a apresentação de alguns elementos particulares, em cada trajetória, são substanciais para a compreensão do processo de produção de sentidos e das personagens que emergiram nas práticas discursivas. Portanto, ao compreender as trajetórias, delineiam-se as condições de produção, a memória, a temporalidade, mais especificamente, o tempo vivido, para a análise das práticas discursivas. Estas, por sua vez, baseiam-se no vivido dos sujeitos sociais, segundo a idéia de Pêcheux (1997), em suas experiências particulares. Por isso, reafirma-se que a produção dos sentidos é social e historicamente contextualizada e que é uma forma de ação social.

Sendo assim, apresentam-se as trajetórias: a) Trajetória 1: membros da FIEMG como sujeitos que vivenciam a realidade do setor industrial na RM-BH, na qualidade de setor de desenvolvimento econômico, por meio dos trabalhos que realizam nesse setor; por outro lado, como sujeitos que devem propiciar condições para a ampliação da competitividade nesse setor, considerando o processo de reestruturação; b) Trajetória 2: representantes do sindicato como sujeitos que vivenciam o trabalho no setor industrial, na condição de mercado de trabalho; por outro lado, como sujeitos que devem se comprometer com as garantias de seus representantes, diante do aumento da competitividade e do processo de reestruturação; c) Trajetória 3: trabalhadores desempregados e trabalhadores à procura do primeiro emprego, como sujeitos que vivenciam a

⁴ Essa expressão é utilizada para denominar o parque industrial instalado na cidade de Contagem.

⁵ Empresas de pequeno e médio porte que são criadas para atender necessidades de uma empresa maior. Por exemplo, uma indústria de auto-peças para atender uma montadora de carros.

condição de desempregado(a) ou a condição de não-empregado(a). Além disso, no caso dos desempregados, como sujeitos que vivenciaram o trabalho no setor industrial.

Com o resgate da memória e do contexto de estudo, possibilitou-se a análise das práticas discursivas dos sujeitos da pesquisa, considerando elementos intra e interdiscursivos (refere-se às etapas 1 e 2 de pesquisa), o que corrobora com a proposta teórico-metodológica. A discussão dessas análises é apresentada de maneira sucinta, sendo observados os limites textuais. Portanto, não se apresenta os trechos discursivos seguidos, separadamente, de análises específicas referentes a cada trecho (a análise do discurso), e sim a síntese da discussão proveniente dessas análises, abordando os principais percursos identificados.

Repertórios Discursivos e a Produção de Sentidos sobre o Desemprego Industrial na RM-BH

Por meio da análise das práticas discursivas, foram identificados os repertórios discursivos como caminhos percorridos pelos sujeitos ao produzirem sentidos quanto ao fenômeno desemprego. Nesse capítulo, aprofundou-se a discussão sobre o contexto (trajetórias) e sua interface com a memória (condições sócio-históricas). Por meio da análise das práticas discursivas, os repertórios discursivos foram identificados e classificados. Além dos repertórios, também se visualizaram as formações que compunham os discursos; ou seja, puderam-se observar as regularidades e rupturas nas práticas discursivas, os momentos de fazer sentido sobre o desemprego, ao produzir discursos, por exemplo, acerca de exclusão, trabalho, emprego e mudanças. Portanto, trata-se da análise dos tempos longo e vivido em interface com o tempo curto da pesquisa, o qual se refere à etapa 3.

Dessa forma, foram observadas várias formações, ou seja, várias construções que remetem às regularidades, aos temas mais recorrentes que aparecem como constituintes do discurso acerca do desemprego industrial na RM-BH. De acordo com a proposta teórico-metodológica da pesquisa, primeiro, identificaram-se e nomearam-se as formações discursivas de maneira geral; posteriormente, essas formações foram agrupadas em níveis mais amplos de formações, de acordo com suas similaridades - esses grupos de formações também foram nomeados; finalmente, estabeleceram-se os momentos de concorrência (rupturas) entre os grupos mais amplos de formações. Esses momentos, por sua vez, denominam os repertórios discursivos, por meio dos quais se verificaram os caminhos percorridos pelos sujeitos ao construírem o discurso sobre o desemprego.

No quadro 1, observam-se as formações que compõem os quatro repertórios identificados no decorrer da análise das práticas discursivas. Essa categorização foi construída com base na própria análise das práticas discursivas e dos repertórios que emergiam de tais análises. Assim, a construção do discurso do desemprego industrial na RM-BH envolve um percurso que evolui da seguinte forma: a) condição de empregado(a); b) mudanças nas configurações do emprego no setor industrial; c) condição de desempregado(a); e, d) condição de trabalhador(a). Percebeu-se que existe sempre a presença de regularidades e continuidades em cada conjunto de formações. Essas regularidades estão de acordo com as condições de produção. Por outro lado, ao analisar o conjunto de repertórios, identificam-se as rupturas: emprego *versus* mudanças *versus* não-emprego *versus* trabalho.

Quadro 1 - Mapeamento dos Repertórios Discursivos

Nº	Formações	Regularidades	Rupturas: Repertórios
01 02 03 04	Garantia/direitos Papel social Reconhecimento social Elo com a organização	Vínculo empregatício	(1) Condição de empregado(a)
05 06	O trabalho na indústria Empregado(a) industrial	Emprego industrial	
07 08 09 10	Mudança abrupta Competitividade Precarização Dualismo de modelos	Reestruturação industrial	(2) Mudanças nas configurações do emprego no setor industrial
11 12	Manutenção da empregabilidade Conceito de empregabilidade	Empregabilidade no setor	
13 14	Individualização e fragmentação Indefinição da ação sindical	Movimento sindical	
15 16	Temporalidade e funcionalidade Ausência de um papel social	Ausência do vínculo	(3) Condição de não-empregado(a)
17 18 19 20	Discriminação Marginalidade e exclusão Não pertencimento social Problema social	Sujeito não-empregado	
21 22	Liberdade e poder O sujeito trabalhador	Trabalho	
23	Formas de inclusão social	Oportunidades	

Fonte: elaborado com base na análise das práticas discursivas

O repertório discursivo da condição de empregado(a) é composto pelo conjunto de formações que remetem ao emprego formal. Ou seja, o início da construção do discurso sobre o desemprego envolve o emprego, propriamente dito. Verificou-se, principalmente, a presença de dois grupos de formações: o vínculo empregatício e o emprego no setor industrial. Explicita-se o repertório discursivo da condição de empregado(a) com base nas formações reconhecimento social, vínculo empregatício e direitos garantidos. O discurso do vínculo empregatício está de acordo com a memória do contrato rígido de trabalho e, conseqüentemente, com a noção de garantias e relativa estabilidade. Essa memória, conforme Castel (1998), é construída pelo percurso traçado acerca da noção de trabalho, evoluindo da condição de trabalho regulado e forçado, proletário, operário, até chegar à configuração do emprego, quando se observa uma relação social e jurídica entre trabalhador e empresa.

Com base nessa configuração do trabalho (como emprego), Enriquez (1999) ressalta que todos os aspectos da sociedade passam a se concentrar nessa relação, o que reforça a memória que perpassa os discursos nesse repertório. Tal discurso é também explicitado pela situação específica do setor industrial e das características de um empregado(a) nesse setor, considerando o contexto da RM-BH e as trajetórias dos sujeitos da pesquisa.

O vínculo empregatício, muitas vezes, é materializado pela figura da carteira assinada. Trata-se de um discurso recorrente, principalmente, nas práticas discursivas dos sujeitos desempregados e à procura do primeiro emprego, os quais, ao se encontrarem em condição de não-emprego, valorizam o conceito do vínculo. Além disso, os discursos construídos por trabalhadores desempregados que tiveram experiências industriais em outras regiões e por sujeitos que procuram o primeiro emprego centralizam a possibilidade de conquista e manutenção de vínculo empregatício, especificamente no setor industrial de Belo Horizonte e Região Metropolitana, manifestando uma ligação com a idéia de cidade industrial. Essa visão é paralela aos discursos construídos no contexto da instituição FIEMG. A

visão de cidade industrial pode ser compreendida no quadro do desenvolvimento desse setor.

O conceito de vínculo também está relacionado à possibilidade de cumprimento de um papel social que pode envolver o papel do provedor(a) da família, do consumidor, do membro organizacional, entre outros. Esses papéis, por sua vez, veiculam o pertencimento a um núcleo social, legitimado pelo vínculo empregatício ou carteira assinada. Nesse sentido, nega-se, no contexto e no recorte temporal do estudo, a desconstrução do emprego como uma forma central de inclusão social. Um dos papéis possibilitados pelo vínculo é o de membro organizacional, por meio do qual se estabelece um elo entre empregado(a) e organização, configurando uma noção de inclusão, temporalidade e funcionalidade. O próprio conceito de emprego, segundo Gautié (1998), implica uma relação de subordinação entre um indivíduo e uma entidade coletiva, que seria a empresa.

No que refere à centralidade do vínculo empregatício, especificamente no setor industrial, deve-se ter em conta a idéia de emprego industrial e empregado(a) industrial que perpassa, por exemplo, o discurso do pertencimento social e do cumprimento dos papéis, principalmente de membro organizacional. A idéia do emprego industrial e do empregado(a) industrial é construída por meio de discursos paradoxais como: a segurança e o risco; o trabalho pesado e os melhores salários. Outro conceito que aparece é o de empregado(a) industrial como condição de inclusão/exclusão. Esse conceito corresponde à memória da constituição do emprego e do empregado industrial na região de Belo Horizonte. A construção de uma classe operária nessa região conviveu com o conflito entre tradicional e moderno, em que se ressalta a simultaneidade entre objetivos de construção de uma cidade administrativa - voltada para a articulação de poderes políticos - e para objetivos de modernização, por meio do desenvolvimento industrial. Assim, o operariado encontra um espaço pouco favorável para sua instalação.

Vale ressaltar que esse é um discurso que mantém ligação com a memória do movimento sindical, principalmente com os ideais do primeiro período do movimento sindical na região em estudo (1930), reforçado pela memória das idéias de um segundo período, considerado novo sindicalismo (1980), quando a conquista de direitos para os trabalhadores e as lutas por esses direitos eram o foco das ações. Na RM-BH, é central a instalação da montadora FIAT como marco divisor para a ação sindical, devido ao aumento da concentração de trabalhadores.

Nesse contexto de luta por direitos, reforça-se a importância do vínculo de emprego, pois, sem esse vínculo, os direitos dos trabalhadores não podem ser garantidos. Em contrapartida, observou-se o interdiscurso do vínculo entre trabalhador e organização como um fator inibidor de lutas, devido à manutenção de relações paternalistas ao longo do estabelecimento do setor industrial em Belo Horizonte. Com base nesse repertório, verificou-se a emergência do discurso da reestruturação produtiva que redireciona o percurso da condição de empregado(a) no setor industrial para o conceito das mudanças nesse setor.

O repertório discursivo das mudanças nas configurações do emprego industrial se constitui dos discursos do processo de reestruturação produtiva, da empregabilidade no setor industrial e do papel do movimento sindical nesse contexto. No discurso da reestruturação produtiva, estão presentes os conceitos de evolução tecnológica, competitividade e globalização. Com base em tais conceitos, puderam-se identificar algumas formações discursivas permeadas por regras e ideologias diversas.

Na construção discursiva dos membros da FIEMG, por exemplo, com relação a esses conceitos, observou-se um compromisso com uma nova estrutura industrial, mais atualizada e lucrativa, a qual, por sua vez, pode gerar um maior desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, mais oportunidades de trabalho. Em tal contexto, a empregabilidade e, principalmente, a qualificação, são conceitos centrais que fazem parte do discurso da mudança. Outro elemento central é a questão da competitividade do setor industrial, um discurso que legitima o processo de reestruturação nesse setor na medida em que, por meio desse processo, o

setor estaria ampliando suas possibilidades de atuação em diversos mercados. Como argumento para esse discurso, surge o discurso da globalização.

Na construção dos representantes do sindicato, o discurso remete à memória mais recente desse movimento, ligada à precarização do trabalho, quando o foco da ação sindical recai sobre as condições de trabalho, saúde dos trabalhadores e desemprego proveniente, segundo esses discursos, de um processo de reestruturação na produção. Sendo assim, questiona-se a centralidade das exigências organizacionais, principalmente no que refere ao nível de qualificação.

Nos discursos dos sujeitos desempregados e à procura do primeiro emprego, o diálogo com os conceitos emergentes se deu por meio das figuras desse processo, como a máquina e a imagem de um grande número de trabalhadores sendo demitidos simultaneamente (a demissão em massa). Nesse caso, ocorre a internalização do discurso de que se deve gerenciar a própria empregabilidade. O conceito de empregabilidade e a necessidade de mantê-la são disseminados pelas próprias instituições que fazem a intermediação entre o trabalhador e o mercado de trabalho. No Sistema Nacional de Emprego, SINE-BH, os programas voltados para a qualificação e preparação dos trabalhadores já expõem, para esses sujeitos, o quadro no qual estão inseridos, considerando as mudanças no mundo do trabalho. Com base nesse quadro, os sujeitos devem agir para a conquista de um novo emprego.

Em paralelo, observou-se um discurso que questiona as exigências em termos de qualificação, principalmente no setor industrial, devido à visão de permanência de modelos produtivos tradicionais, confrontando com o nível de qualificação exigido nesse setor. A visualização desse confronto gera um discurso que ora remete à necessidade de aumento do nível de qualificação pelas exigências do setor; ora remete ao questionamento da necessidade dessas exigências devido à manutenção de sistemas de produção tradicionais. Como discutido por Enriquez (1999), as estruturas atuais pregam objetivos inconciliáveis.

Essa visão tem o aporte do processo de instalação da fábrica da FIAT na RM-BH, com algumas técnicas consideradas fordistas (como o sistema linha de montagem), em um período que, no plano mundial, já se observa o processo de reestruturação. Essa análise corrobora com as reflexões de Fleury e Fleury (1997) e Negro e Gomes (2006). Sendo assim, pode-se perceber uma evolução em sistemas de gestão da força de trabalho convivendo com uma permanência nos sistemas de produção.

O discurso da mudança, além de explicitar-se como discurso de precarização (FARIA, 2004; TUMOLO, 2001), reflete, também, o cotidiano dos sujeitos, principalmente dos desempregados e à procura do primeiro emprego. Uma das formações que emergem nesses discursos está relacionada às transformações nas relações familiares, influenciadas pelas transformações no mundo do trabalho. As mulheres desempregadas declararam serem as principais mantenedoras da família. Alguns dos homens desempregados afirmaram que as esposas estavam sustentando a família durante o período de desemprego. Essas alterações estão relacionadas ao movimento de inserção das mulheres no mercado de trabalho formal e, conseqüentemente, à precarização dessa inserção e suas reflexões no trabalho masculino, e que reflete no discurso construído acerca do desemprego.

Nesse quadro, contextualizam-se as necessidades para a conquista e manutenção do emprego no setor industrial. Trata-se do gerenciamento da empregabilidade que, segundo a análise das práticas discursivas, depende da própria construção do conceito de empregabilidade para um trabalhador industrial. No que se refere à adaptação como um elemento de empregabilidade, observou-se a construção da idéia de um trabalhador que se antecipa às necessidades do mercado e é capaz de realizar várias tarefas. Trata-se de uma confusão conceitual, conforme já apontado por Lombardi (1997), a qual, se acredita, está relacionada ao contexto e à memória da formação das empresas nacionais no setor industrial. Essa formação, no contexto da reestruturação produtiva, envolve um discurso de mudanças (a polivalência) e que convive, muitas vezes, com técnicas de multitarefa.

Assim, o discurso da empregabilidade focaliza tanto em conceitos que sinalizam para uma nova configuração do trabalho e das relações (profissionalização, individualização etc.), quanto na noção de coletivo, tradicional (indicação e multitarefa), explicitando o dualismo presente no conceito de empregabilidade, especificamente no contexto deste estudo. Essa reflexão pode ser observada pela síntese dos estudos de Sargentini (2001) e Sorj (2000).

Diante desses discursos, percebe-se que a manutenção do emprego e das condições de emprego, no contexto da reestruturação produtiva, está mais ligada à empregabilidade do que às reivindicações ou movimentos sociais. Por isso, verificou-se a introdução do papel do sindicato no repertório das mudanças. Esse percurso é composto pelo discurso da individualização do sujeito trabalhador (desconstrução da classe) e pela conseqüente fragmentação do movimento sindical. Revela-se a desconstrução de uma noção de trabalhador industrial como categoria com forte representação social para a figura do trabalhador voltado para a manutenção de sua empregabilidade. Considera-se que essa manifestação discursiva remete à memória do movimento sindical brasileiro, conforme apontado por Leite (1997), como um movimento que tende a uma capacidade propositiva diante das crises relacionadas ao trabalho.

O repertório da condição de não-empregado(a) representa, além da ausência do vínculo empregatício, as conseqüências dessa ausência, considerando o contexto do estudo e o período de mudanças nas relações de trabalho. A ausência do vínculo empregatício remete a uma condição de incerteza e indefinição. Tal repertório pode ser visualizado com base nas formações ausência do vínculo e o sujeito não-empregado e nas respectivas conexões entre os sentidos produzidos por essas formações. Na construção discursiva dos representantes do movimento sindical, por exemplo, a generalização da condição de não-empregado(a) remete à inclusão de um novo sujeito para o qual o movimento deve direcionar esforços - o desempregado -, o que representa uma reconfiguração no papel do sindicato para com o trabalhador industrial, e reforça, ainda, a incerteza e indefinição em seu próprio papel como instituição.

Para os trabalhadores desempregados ou à procura do primeiro emprego, o discurso não está diretamente relacionado à perda financeira, visto que, pelas práticas discursivas, o que é garantido pelo vínculo, ultrapassa a questão financeira. Por isso, em contraste com o discurso do vínculo empregatício, verificou-se a não-possibilidade de cumprimento de um papel social e a ausência da temporalidade e da funcionalidade, culminando com o discurso da marginalidade e da exclusão dos não-empregados ou dos não-empregáveis.

A não-possibilidade de cumprimento de um papel social é uma formação presente nos discursos dos sujeitos provedores da família, para os quais o emprego possibilita o exercício da responsabilidade e da convivência em um núcleo familiar e social. Quando o provedor é do gênero masculino, o discurso apresenta ligação com o discurso do papel do homem perante sua família, influenciado pelo interdiscurso de uma sociedade com características paternalistas (MARTINS, 1994). Já para os sujeitos que estão à procura do primeiro emprego, o discurso está intimamente relacionado ao cumprimento de um papel social, ou seja, ser responsável por sua própria sustentabilidade. Dessa forma, tem-se a liberdade e a conquista do reconhecimento social.

Quanto à ausência de temporalidade e funcionalidade, esse discurso refere-se à falta de um elo com a organização, modificando a noção de tempo-espaço-utilidade para o sujeito não-empregado. Esse sujeito passa a lidar com uma condição de liberdade e prisão, simultaneamente. Liberdade, pois possui um tempo livre e não possui vínculo formal com uma empresa; e prisão, pois, devido ao sistema no qual está inserido (sociedade capitalista e com baixa proteção do Estado) e a um desejo de inclusão (CALDAS, 2000), ele deve procurar uma maneira de reconquistar esse vínculo.

A busca por alternativas de inclusão (social ou financeira) fora da esfera do trabalho, como, por exemplo, a criminalidade, materializa o discurso da condição

de não-empregado(a) como um problema social, ou seja, como uma questão social. Por outro lado, essa questão também remete à falência do sistema capitalista devido a não-inclusão dos trabalhadores sem emprego na sociedade de consumo. Emergem, aí, os discursos da idade empregável, do estereótipo empregável, do gênero empregável e do grau de qualificação como elemento central de empregabilidade.

Com isso, pode-se refletir sobre a exclusão não apenas como uma consequência da condição de não-empregado, mas como uma consequência da condição de trabalhador não-empregável, ou seja, que não possui condição competitiva para a conquista de novos empregos ou trabalhos. O repertório da reestruturação produtiva pode ser entendido não como um processo que encaminha para o desemprego, mas como um processo que direciona para o discurso do trabalho em si, distanciando-se do emprego como possibilidade de inclusão.

O repertório discursivo da condição de trabalhador(a) é composto das formações que complementam o processo de produção de sentidos acerca do desemprego industrial na RM-BH. O discurso do desemprego, portanto, culmina com o discurso das novas possibilidades de trabalho para além do emprego. Estão presentes nesse repertório as formações discursivas do trabalho e das oportunidades de inclusão social com base nessa perspectiva. Tal discurso é central, é questionado pelos representantes do sindicato e é latente nos discursos dos sujeitos desempregados e à procura do primeiro emprego; mas perpassa as práticas discursivas de maneira geral. Esse repertório pode ser visualizado com base nas formações trabalho e oportunidades e nas respectivas conexões entre os sentidos produzidos por essas formações. No discurso do trabalho, verificou-se a desvinculação com a noção de garantias e a ligação com um discurso de liberdade e tomada de poder por parte do sujeito trabalhador.

No discurso da oportunidade, observou-se a possibilidade de outras formas de trabalho, como o trabalho cooperativo, por exemplo, como formas de inclusão social de sujeitos não-empregados. Sinaliza-se uma reconfiguração nas formas de construção dos laços sociais, embora o emprego ainda mantenha uma centralidade, principalmente no contexto em estudo, por meio da explicitação da importância do vínculo de emprego.

Considerando a identificação dos repertórios discursivos, também foram identificados os sentidos ultimamente manifestos nas práticas discursivas. Geralmente, após a manifestação desses sentidos, os sujeitos encerravam seu discurso, ou faziam uma longa pausa e redirecionavam o assunto (rupturas). Nomearam-se esses sentidos de sentidos últimos. Vale ressaltar que o sentido último não se expressou textualmente, mas, sim, subentendido; dessa forma, pôde ser mais bem compreendido à medida que as formações foram identificadas e organizadas. Verificam-se, assim, alguns conceitos que podem representar uma possibilidade de pesquisar o desemprego, considerando os recortes desta pesquisa: o setor industrial, o contexto histórico e cultural e as próprias trajetórias dos sujeitos.

Os sentidos últimos, definidos no decorrer das análises, culminaram com os seguintes elementos: manutenção da empregabilidade; competitividade; precarização nas relações de trabalho; problema social e dificuldade de manutenção da empregabilidade, que se referem aos elementos sujeitos não empregáveis, questionamento do sistema e inclusão social. Esses elementos são de extrema importância para a compreensão do fenômeno do desemprego.

O elemento manutenção da empregabilidade representa o sentido de que a condição de estar empregado(a) pode ser compreendida, principalmente, como uma condição instável (apesar do vínculo empregatício) diante das mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho. Por isso, o discurso direciona-se para o repertório das mudanças nas configurações do emprego. Quando verificadas as condições de produção, especificamente o contexto do trabalho industrial na RM-BH, observou-se que este é um discurso bastante generalizado, haja vista a presença do sindicato metalúrgico na região, com divulgação de tais mudanças e

suas conseqüências para o trabalhador industrial, além do nível de desenvolvimento do setor industrial na região.

No que tange aos elementos competitividade e precarização nas relações de trabalho, os quais compõem o repertório das mudanças nas configurações do emprego, configuram-se sentidos relacionados ao processo de reestruturação produtiva no setor industrial, principalmente. Observou-se que, em Belo Horizonte e região metropolitana, esses sentidos tomam dimensões consideráveis, devido ao fato de se tratar de uma região industrial, com a presença de sindicato, segundo os próprios desempregados.

Quanto aos elementos problema social e dificuldade de manutenção da empregabilidade, sujeitos não empregáveis são elementos que se reportam à condição de não-empregado(a) como uma condição generalizada, com implicações para o sujeito e para a sociedade, principalmente no que refere ao discurso da exclusão e da marginalidade social. Com o discurso da necessidade de manter a empregabilidade diante das exigências no contexto do setor industrial, evidenciou-se a questão atual, não apenas como o desemprego em si, mas como a condição de ser empregável na sociedade capitalista brasileira. No que refere à região de Belo Horizonte, a empregabilidade envolve conceitos diversos como a indicação, a qualificação e a capacidade de adaptação. Tais elementos devem ser considerados em conjunto ao se estudar o fenômeno do desemprego na região de pesquisa. Esses sentidos introduzem um outro discurso, que remete a uma possibilidade diante da condição de não-empregável: trata-se do trabalho em si, para além do emprego.

Os elementos questionamento do sistema e inclusão social ilustram esse discurso, pois, por meio desses conceitos, reflete-se o sentido de que o desemprego pode gerar oportunidades alternativas ao trabalho assalariado industrial, como o empreendedorismo e o cooperativismo, por exemplo. No que se refere à região de Belo Horizonte, pode-se citar a organização de diversas feiras de artesanato que representam uma alternativa, entre outras, à forma tradicional de emprego. Dessa forma, tem-se mais uma possibilidade de estudo do fenômeno desemprego, o qual remete à descentralização do trabalho assalariado como elemento central de alternativa de vida ou de relações sociais.

Para tanto, as condições de produção exerceram papel central para a investigação construcionista. Especificamente com relação ao estudo realizado na RM-BH, pode-se relacionar as premissas construcionistas, tendo-se em conta o contexto da sociedade brasileira, às condições de produção referentes ao contexto específico da pesquisa da seguinte maneira: a) o emprego industrial é central no contexto de estudo e é considerado uma forma de inclusão social; porém, é permeado por uma memória de exclusão: inclusão precária; b) a memória acerca do emprego industrial está presente nos discursos sobre desemprego (trabalho pesado, de risco); a compensação vem por meio do estabelecimento do vínculo empregatício, ou seja, o desemprego ainda é entendido como situação de exclusão pela perda do vínculo, por exemplo; c) na análise, observou-se que o discurso do desemprego é construído com base na compreensão dos sujeitos e dos lugares de onde são produzidos os discursos; d) por isso, o desemprego como precarização e como oportunidade é resultado de uma construção social; e) na identificação dos repertórios discursivos sobre o desemprego industrial na RM-BH, verificou-se, por um lado, a centralidade do vínculo empregatício, e, por outro, a emergência de novas formas de inclusão. Por meio desse percurso, podem-se estabelecer formas de agir acerca desse fenômeno.

Constatou-se que o processo de produção de sentidos não pode estar desatrelado das próprias trajetórias dos sujeitos que produziram discursos, os quais permitiram visualizar os repertórios discursivos sobre o desemprego industrial, bem como o elemento espaço-temporal desta pesquisa. Sendo assim, a compreensão se deu por meio da relação dos sujeitos da pesquisa com o contexto e com a memória, o que justificou a adoção da perspectiva construcionista como uma pesquisa historicamente contextualizada.

Considerações Finais

Com base na problemática acerca do entendimento do fenômeno desemprego, no contexto brasileiro, por meio da qual se buscou superar as abordagens macrosocial/econômica e psico-fisiológica, estabeleceu-se a possibilidade de estudo desse fenômeno, a partir da compreensão dos sujeitos (desempregados, trabalhadores, entre outros), considerando suas experiências, linguagem e a história. Portanto, a tese defendida no escopo deste trabalho ressalta a necessidade de focalizar o conhecimento a respeito do desemprego por meio de uma relação dialógica entre os sujeitos sociais, observando o período de mudanças nas relações de trabalho.

Os discursos acerca da empregabilidade foram recorrentes e, muitas vezes, sobressaíram-se sobre aqueles referentes ao desemprego no setor industrial. A formação de um conceito de empregabilidade que transcende a qualificação (técnica ou não) para o setor industrial, englobando a indicação, a experiência, entre outros elementos, direcionou para a idéia da manutenção da trajetória da carreira pessoal e não do emprego em si. Nesse sentido, a discussão centralizou a empregabilidade como um dos discursos que compuseram a trajetória dos discursos sobre o desemprego. A manutenção da empregabilidade, portanto, supera a própria manutenção do emprego.

A investigação do desemprego industrial por meio da produção de sentidos, se considerada a identificação de repertórios discursivos, permite um novo olhar sobre o fenômeno. Dessa forma, os passos da pesquisa revelam-se mais do que estratégia metodológica; trata-se de uma proposta para novos estudos e pesquisa acerca do desemprego no Brasil. Com o mapeamento e discussão dos repertórios e sua associação com as formações, identificaram-se os elementos da empregabilidade, por exemplo, como um caminho para a análise sobre o desemprego e o trabalho, levando em consideração o contexto sócio-histórico de pesquisa. A noção de repertórios discursivos é central para a análise construcionista, pois evidencia justamente os caminhos percorridos pelos sujeitos ao se expressarem, o que indica ação e movimento. Na construção desses caminhos, existem os relacionamentos entre os elementos legitimados acerca do desemprego (os discursos explícitos, as formações) e os elementos que não se explicitam, ou seja, os discursos sobre o desemprego que não aparecem disseminados, como, por exemplo, que o desemprego é resultado de uma percepção que se tem de inclusão na sociedade (capitalista), por meio do vínculo empregatício.

Portanto, os elementos centrais para o estudo emergiram no decorrer da análise da produção de sentidos, auxiliando na própria construção do conhecimento sobre o fenômeno e reafirmando esse conhecimento como socialmente construído. A construção social não se refere ao desemprego, mas à forma de compreendê-lo, analisá-lo, de produzir novos discursos, disseminar esses discursos na sociedade como um todo e, finalmente, de explicitar uma realidade que origina de tais discursos. É um ciclo que deve ser compreendido em sua produção e reconstrução, pois, ao afirmar que o desemprego é resultado de estatísticas e que se explica por estas apenas, elimina-se uma série de possibilidades de ação sobre essa realidade.

Com este estudo, sinaliza-se para a possibilidade de se identificarem alternativas de ações acerca do fenômeno desemprego, tendo em conta as particularidades da região estudada. Acredita-se que essas alternativas devem passar por novos estudos, em que se considerem os elementos identificados na pesquisa, como os sentidos últimos, por exemplo. Uma dessas propostas é analisar profundamente as condições de empregabilidade, cujos focos sejam o mercado de trabalho, os sujeitos trabalhadores e a oferta de cursos, aperfeiçoamentos, estágios, entre outros. Dessa forma, podem-se mapear mais detalhadamente as condições de emprego e desemprego em potencial, e ampliar a análise que se faz da situação de emprego em determinado período. Também é interessante verificar as condições competitivas no mercado de trabalho e as interfaces que essas condições

possam manter com a precarização nas relações de trabalho. Ao serem examinados tais estudos, podem-se traçar planos de ações, dentro e fora das organizações, no que se refere ao emprego formal e às novas possibilidades de trabalho.

No entanto, a proposta central da pesquisa é contribuir para um avanço nas formas clássicas de estudo do desemprego, principalmente no campo da administração. Por isso, considerou-se o fenômeno do desemprego como uma realidade presente em toda sociedade brasileira; porém, o que compõe essa realidade é o conhecimento que faz dela uma construção, por meio dos discursos.

Com base na postura construcionista, advoga-se a desfamiliarização com conceitos e metodologias já legitimados em estudos sobre o fenômeno desemprego, além de outros fenômenos sociais e organizacionais. Ao desfamiliarizar, o pesquisador deve observar o cotidiano dos sujeitos envolvidos com o desemprego e suas expressões como forma de conhecimento. Nesse tipo de pesquisa, depara-se com diversas limitações; uma das principais é a postura do pesquisador diante da coleta de informações, principalmente na interface com os sujeitos da pesquisa durante a produção discursiva. A valorização do senso comum propicia um novo olhar sobre as implicações teóricas e práticas da pesquisa, ressaltando o uso da linguagem como uma forma de ação (dialogia) social.

Referências

- ALENCAR, E. *Introdução à metodologia de pesquisa social*. Lavras: UFLA, 1999. 125 p.
- ANDERSEN, J. Inclusion and exclusion unemployment and non-standard employment in Europe. *European Planning Studies*, Abingdon, v. 8, n. 4, p. 537-538, Aug. 2000.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 476 p. (Coleção Biblioteca Universal).
- BARRETO, A. *Belo Horizonte: memória histórica escrita, história antiga*. 2. ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996. v. 1, 179 p.
- BRUNER, J. Pragmatics of language and language of pragmatics. *Social Research*, New York, v. 51, n. 4, p. 969-984, 1984.
- CALDAS, M. *Demissão: causas, efeitos e alternativas para empresa e indivíduo*. São Paulo: Atlas, 2000. 297 p.
- CARVALHO, E. G. de. Globalização e estratégias competitivas na indústria automobilística: uma abordagem a partir das principais montadoras instaladas no Brasil. *Gestão & Produção*, São Carlos, v. 12, n. 1, p. 121-133, jan./abr. 2005.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998. 611 p.
- DARITY, W. A. Employment discrimination, segregation, and health. *American Journal of Public Health*, Washington, v. 93, n. 2, p. 226-231, Feb. 2003.
- DAVIES, B.; HARRE, R. Positioning: the discursive production of selves. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, Oxford, v. 20, n. 1, p. 43-63, 1990.
- ENRIQUEZ, E. Perda do trabalho, perda da identidade. In: NABUCO, M. R.; NETO, A. C. (Org.) *Relações de trabalho contemporâneas*. Belo Horizonte: Instituto de Relações do Trabalho – PUC, 1999. p. 13-30.
- ENRIQUEZ, E. O papel do sujeito humano na dinâmica social. In: MACHADO, M.; CASTRO, E.; ARAÚJO, J. N.; ROEDEL, S. (Org.). *Psicossociologia: análise social e intervenção*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- FARIA, J. H. *Economia política do poder: fundamentos*. Curitiba: Juruá, 2004. v. 1, 202 p.
- FIEMG. <<http://www2.fiemg.com.br/bh100/bh-intro.htm>> Acesso em: 2006a.

- FLEURY, A.; FLEURY, M. T. L. *Aprendizagem e inovação organizacional*. Experiências de Japão, Coréia e Brasil. São Paulo: ATLAS, 1997. 237 p.
- FLEURY, M. T. L.; FISCHER, R. M. (Coord.). *Processo e relações de trabalho no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. 295 p.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2004. 79 p.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins fontes, 1987.
- FOUCAULT, M. *Resumo dos cursos do Collège de France*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- GALLIE, D.; PAUGAM, S.; JACOBS, S. Unemployment, poverty and social isolation: is there a vicious circle of social exclusion? *European Societies*, Abingdon, v. 5, n. 1, p. 1-32, 2003.
- GERGEN, K. J. Constructionist dialogues and the vicissitudes of the Political. In: _____. *The politics of social construction*. London: Sage, 1998.
- GERGEN, K. J. Exploring the postmodern. *American Psychologist*, Washington, v. 49, n. 5, p. 412-416, May 1994.
- GERGEN, K. J. The social constructionist movement in modern psychology. *American Psychologist*, Washington, v. 40, n. 3, p. 266-275, 1985.
- GERGEN, K. J. Social psychology as history. *Journal of Personality and Social Psychology*, Washington, v. 26, n. 2, p. 309-320, 1973.
- GERGEN, K. J.; JOSEPH, G. T. Organizational science in a postmodern context. *Journal of Applied Behavioral Science*, Greenwich, v. 32, n. 4, p. 356-378, Dec. 1996.
- GAUTIÉ, J. Da invenção do desemprego à sua desconstrução. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 67-83, out. 1998.
- GREGOLIN, M. R. V. Análise do discurso: os sentidos e suas movências. In: _____. *Análise do discurso: entornos do sentido*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2001. 322 p.
- GREGOLIN, M. R. V. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos*. São Carlos, SP: Claraluz, 2004. 220 p.
- HARRÉ, R. Rules, roles and rhetoric: reappraising social psychology. *The Psychologist*, Oxford, v. 6, n. 1, p. 24-28, 1993.
- HARRÉ, R. Some reflections on concept of "social representation". *Social Research*, New York, v. 51, n. 4, p. 927-938, 1984.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1996. 333 p.
- HIRATA, H. S. Os mundos do trabalho. In: CASALI, A. et al. (Org.). *Educação e empregabilidade: novos caminhos da aprendizagem*. São Paulo: EDUC, 1997. p. 51-58.
- HIRATA, H. S. (Org.). *Sobre o modelo japonês: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho*. São Paulo: Edusp, 1993. 312 p.
- HIRATA, H. S.; HUMPHREY, J. Trabalhadores desempregados: trajetórias de operários e operárias industriais no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 71-84, 1989.

HOJMAN, D. E. Inequality, unemployment and crime in Latin American cities. *Crime, Law and Social Change*, Dordrecht, v. 41, n. 1, p. 33-51, Feb. 2004.

IBÁÑEZ, T. Construcccionismo y psicologia. *Revista Interamericana de Psicologia*, Los Angeles, v. 28, n. 1, p. 105-123, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE - IBGE. *Cidades*. Rio de Janeiro, 2006a.

KRAFT, K. Unemployment and the separation of married couples. *KYKLOS*, Oxford, v. 54, n. 1, p. 67-88, 2001.

LI, Y. Falling off the ladder? Professional and managerial career trajectories and unemployment experiences. *European Sociological Review*, Oxford, v. 18, v. 3, p. 253-270, 2002.

LEITE, M. (Org.). *O trabalho em movimento*. Campinas: Papirus, 1997.

LEVITT, S. D. Alternative strategies for identifying the link between unemployment and crime. *Journal of Quantitative Criminology*, New York, v. 17, n. 4, p. 377-390, Dec. 2001.

LOMBARDI, M. R. Reestruturação produtiva e condições de trabalho: percepções dos trabalhadores. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 18, n. 61, p. 64-87, dez. 1997.

MARTINS, J. S. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1994. 174 p.

MELO, M. C. O. L. *Estratégias do trabalhador informático nas relações de trabalho*. 1991. Tese (Professor titular) - CEPEAD/FACE/UFMG, Belo Horizonte.

MONTALI, L. Relação família trabalho: reestruturação produtiva e desemprego. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 123-135, 2003.

MOURÃO, P. K. C. *História de Belo Horizonte de 1897 a 1930*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970.

NAVARRO, M. L.; HENDRICKSON, M. A. The social meaning of employment and unemployment. *European Journal of Social Quality*, Kingston, v. 2, n. 2, p. 51-57, 2000.

NEGRO, A. L.; GOMES, F. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo Social Revista de Sociologia da USP*, v 18, n 1, p. 217-240, jun. 2006.

PARKS, V. Access to work: the effects of spatial and social accessibility on unemployment for native-born black and immigrant women in Los Angeles. *Economic Geography*, Worcester, v. 80, n. 2, p. 141-172, Apr. 2004.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; H. K, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pecheux*. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

POTTER, J.; WETHERELL, M. *Discourse and social psychology: beyond attitudes and behaviour*. London: Sage publications, 1987.

REPORT V: Training for employment: social inclusion, productivity and youth unemployment. *International Labour Review*, Geneva, v. 139, n. 2, p. 240-241, 2000.

RORTY, R. *A filosofia e o espelho da natureza*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

SALERNO, M. S. Modelo japonês, trabalho brasileiro. In: HIRATA, H. S. (Org.). *Sobre o modelo japonês: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho*. São Paulo: Edusp, 1993. 312 p.

SANTIAGO, C. F. *O lugar de morar: Estado, Igreja e moradores na produção da habitação popular em Belo Horizonte (Bairro Dom Cabral, 1959/1981)*. 1999. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte.

SARGENTINI, V. M. O. Discurso e história: a construção de identidade do trabalhador brasileiro. In: GREGOLIN, M. R. et al. *Análise do discurso: entornos do sentido*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2001. 322 p.

SIQUEIRA, M. M. *Relações de trabalho em hospital público e privado de Belo Horizonte: análise dos grupos de residentes, pessoal de limpeza e auxiliares de enfermagem*. 1991. Tese (Professora titular) - CEPEAD/FACE/UFMG, Belo Horizonte.

SORJ, B. *A nova sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 166 p.

SPINK, M. J.; LIMA, H. Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In: SPINK, M. J. (Org.) *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SPINK, M. J.; MEDRADO, B. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, M. J. (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 41

TUMOLO, P. S. Reestruturação produtiva no Brasil: um balanço crítico introdutório da produção bibliográfica. *Educação e Sociedade*, Campinas, n. 77, p. 71-99, 2001.

YAO, S. Unemployment and urban poverty in China: a case study of Guangzhou and Tianjin. *Journal of International Development*, Chichester, v. 16, n. 2, p. 171-178, Mar. 2004.